
O “PLANO DE RECONSTRUÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DO BRASIL” DO PARTIDO DOS TRABALHADORES E A IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA

Henri Francis Ternes de Oliveira¹

Resumo

Este artigo busca analisar o documento intitulado “Plano de reconstrução e transformação do Brasil. Outro mundo é preciso outro Brasil é necessário”, da Fundação Perseu Abramo lançado em setembro de 2020. A partir da teoria da análise crítica do discurso – ACD demonstraremos que o documento, aqui entendido como um programa de governo, é dominado pela ideologia desenvolvimentista. Seus traços fundamentais são influenciados pela ideologia desenvolvimentista, provando que esta ideologia ainda é bastante influente na sociedade brasileira, sobretudo na esquerda do país. Esta pesquisa ainda em curso, baseia-se em livros e artigos dedicados ao debate sobre o desenvolvimentismo e sobre o Partido dos Trabalhadores, além da análise do documento supracitado seguindo os passos da ACD. De acordo com Fairclough (2012), a posição teórica da ACD compreende o “discurso como um momento das práticas sociais” e a “vida social como uma rede interconectada de práticas sociais de diversos tipos (econômicas, políticas, culturais, entre outras), todas com um elemento semiótico”. Desta forma a “análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica” deve contar com cinco estágios em sua estrutura analítica. Sendo eles; a abordagem de um problema, o diagnóstico deste problema enfatizando as barreiras para sua solução, o questionamento se o problema é fruto da própria ordem social, ou seja, se ela cria esta situação para manter e reproduzir relações de poder por exemplo, a busca por possibilidades de solução parcial ou integral do problema, e por fim, o modelo prevê a reflexão acerca das próprias contribuições da pesquisa e da análise do fenômeno.

Palavras-chave: desenvolvimentismo; ideologia; PT; programa; ACD.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo principal desta pesquisa é apresentar uma análise do documento denominado “Plano de reconstrução e transformação do Brasil. Outro mundo é preciso outro Brasil é necessário” da Fundação Perseu Abramo (Abramo, 2020) e como esse programa está marcado pela ideologia desenvolvimentista.

O interesse pelo documento foi despertado justamente pela sua particularidade, ele foi produzido e apresentado em um contexto de mudanças importantes no país, inclusive nos rumos de

¹ Mestre e Doutorando em Sociologia no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR), ternes1981@gmail.com, ORCID: <<https://orcid.org/0000-0002-5693-6604>>.

algumas das políticas públicas mais importantes adotadas no período anterior (Freitas, 2018). Também merece destaque a conjuntura política e o golpe que removeu da presidência da República a primeira mulher presidenta do país, seguido da chegada ao poder de um grupo de extrema direita que ao menos eleitoralmente tem demonstrado uma força considerável, que gira em torno de trinta por cento das intenções de voto para as eleições de 2022 (Barbosa & Redator, 2022). Todavia, um esforço de análise mais amplo, considerando um período histórico maior, pode revelar que o golpe de 2016 representou a derrota das classes trabalhadoras do país, da estratégia formulada por seu principal instrumento de organização que foi forjado após novo ascenso da luta de massas em fins da década de 1970 e início dos anos 1980 e persistindo como a maior força política da esquerda até hoje. O Partido dos Trabalhadores conduziu e liderou esse processo de reorganização após a derrota proveniente do golpe de 1964. Sua história se confunde com a história da luta das massas nos últimos 40 anos, mesmo os críticos do campo da esquerda devem reconhecer a importância do partido e sua influência no campo popular.

O documento nos parece uma espécie de contraprova, de “confissão” das políticas desenvolvimentistas. A estratégia citada acima ficou conhecida como Democrático Popular e se construiu em oposição a Estratégia Democrático Nacional do Partido Comunista Brasileiro (Iasi, *et al*, 2019). A estratégia do PCB também estava circunscrita a ideologia desenvolvimentista como podemos verificar em (Toledo, 1977) e (Iasi, *et al*, 2019)

De outro lado, a produção de ideologia jamais se pretendeu – por parte dos intelectuais vinculados ao ISEB – um “puro exercício do pensar” ou um “discurso abstrato”. Tratava-se, isto sim, de forjar uma precisa e determinada ideologia: aquela, diziam quase unanimemente, exigida pela Nação a fim de “tomar consciência” de seu subdesenvolvimento e lutar pela superação desse estágio, mediante um esforço desenvolvimentista. (TOLEDO, 1977, p. 18)

Em grande medida a defesa de um tal desenvolvimento para superar os problemas sociais e econômicos do país é entendido por muitos dos formuladores do programa e pelas figuras públicas mais expressivas do PT como algo positivo, capaz de guiar o país a outro patamar no que diz respeito a redução das desigualdades. Uma de minhas hipóteses é que a Estratégia Democrático Popular já continha muitos dos germes do assim chamado desenvolvimentismo se transformando por completo em uma estratégia desenvolvimentista pura e simples. Este é um debate que tem sido travado na esquerda brasileira e de algum modo este trabalho contribui com ele, no entanto, neste momento minha intenção é mais modesta e está restrita a ideologia desenvolvimentista presente no Programa Reconstrução e Transformação, o que sem dúvida, contribui com minha hipótese, uma vez que, como afirmamos o documento parece reafirmar e defender certos aspectos das políticas econômicas do

período em que o PT esteve a frente do governo brasileiro, muitas delas de caráter desenvolvimentista. Sobre o PT também há um conjunto de autores que já se propuseram a debater e analisar os rumos do partido, (Arcary, 2014), (Eurelino, 2005) e (Boito Jr, 2018) são boas referências.

2. UM QUADRO GERAL DA ECONOMIA POLÍTICA (DESENVOLVIMENTISTA) NO BRASIL

Feita esta apresentação inicial buscarei agora expor um quadro geral da economia política brasileira em sua versão desenvolvimentista, que a rigor atravessa quase todo o século XX, com graus distintos de aplicação (Fonseca, 2012). Pedro Cezar Dutra Fonseca aponta que embora o desenvolvimentismo seja atribuído aos Cepalinos, é possível observar que em vários momentos da história as ideias desenvolvimentistas tiveram espaço na política nacional, mesmo antes da formação da CEPAL. O autor se dispõe a fazer uma recuperação histórica do fenômeno e sugere uma metodologia que busca alcançar dois aspectos principais ao regate do fenômeno. O primeiro estaria no campo das ideias e teria como “núcleo duro as ideias que defendiam a industrialização, as que advogavam o intervencionismo pró-crescimento e as relativas ao nacionalismo” (Fonseca, 2012). O segundo aspecto diz respeito diretamente a política econômica, a aplicação das ideias que indicam as origens do desenvolvimentismo pelos diversos governos. Seguindo essa metodologia o autor faz algumas indagações e que serão uteis ao debate que apresento aqui, que é o entendimento do programa do PT denominado, “Plano de Reconstrução e Transformação do Brasil” como uma ideologia tipicamente desenvolvimentista, sempre analisado a partir da experiência do partido no poder, uma vez que há uma ação que sustenta o discurso, ou seja, existe um fato histórico ainda que recente, que pode ser observado.

Com isto, convém indagar: quando um governo pode ser considerado ‘desenvolvimentista’? Qual a primeira experiência histórica no Brasil? Quando efetivamente há o ponto de inflexão em que as ideias e/ou práticas parciais e fragmentárias são ultrapassadas e se chega efetivamente em outro estágio, que com mais rigor se pode detectar o fenômeno histórico do desenvolvimentismo? E, o que é mais difícil precisar metodologicamente: qual seria este ponto de corte, já que a defesa da industrialização, de políticas intervencionistas pró-crescimento e de ideias nacionalistas é muito mais antiga do que normalmente se considera como desenvolvimentismo, um fenômeno típico do século XX, principalmente após a ascensão de Vargas ao poder em 1930? Assinala-se, desde já, que simples declarações de autoridades em defesa de medidas de política econômica correlatas ao referido ‘núcleo duro’ não permitem, por si só, que se considere um governo como desenvolvimentista. Nem se precisa apelar para a velha dicotomia entre discurso e prática, ou mesmo para a complexa e sempre polêmica relação entre discurso e práxis cotidiana dos homens, para defender este ponto de vista. Há uma razão básica de

ordem empírica: nem sempre os três elementos do ‘núcleo duro’ aparecem associados historicamente; ao contrário, demorou bastante tempo até os mesmos conjugarem-se, com certa coerência, em um ideário comum. Assim, *gratia argumentandi*, nem sempre a defesa da industrialização associou-se a políticas conscientes e amplas de intervenção estatal; da mesma forma, como se mostrará adiante, o intervencionismo nem sempre foi pró-industrial e nem mesmo teve como objetivo central o crescimento (ou o desenvolvimento) da economia. Para se falar em desenvolvimentismo, então, um primeiro pré-requisito se impõe: a associação dos três elementos do ‘núcleo duro’ em um conjunto comum de ideias concatenado e estruturado. Mas não apenas isto. O desenvolvimentismo, tal como tomou vulto no Brasil e na maior parte dos países latino-americanos, ia além de um simples ideário, mas emergiu como um guia de ação voltado a sugerir ou justificar ações governamentais conscientes. Estabelece-se, portanto, a hipótese de que sem uma política consciente e deliberada não se pode falar em desenvolvimentismo. Este não pode ser reduzido, como fenômeno histórico, a simples medidas de expansão da demanda agregada, a manifestações nacionalistas ou a reivindicações corporativistas em defesa da indústria. Além da união dos três elementos, o salto maior ocorre quando o conjunto de ideias, como toda boa ideologia, passa a justificar a si mesmo, ou seja, quando há a defesa explícita de que a principal tarefa do governo consiste na busca do desenvolvimento econômico, que esta é seu principal dever, seu objetivo central, no limite, sua razão de ser. (FONSECA, 2012, p. 2).

O fenômeno como podemos observar não é novo, tão pouco faltam estudos que abordam o desenvolvimento, ou desenvolvimentismo como chamado aqui (Bresser, 2010), (Bresser, 2016), (Bresser, 2019), (Bielschowsky, 2000) por exemplo. Partirei de uma noção crítica ao desenvolvimentismo reconhecendo-o como uma ideologia, sobretudo, quando esta noção vem aliada ao seu par mais comum, a saber, a ideia de crescimento econômico. Alguns autores trabalham a temática a partir de outras referências, como (Floriani, 2018) que utiliza a ideia de “realidades imaginadas”.

Para mim o reconhecimento do desenvolvimentismo como uma ideologia está ligado a uma crença na possibilidade de ampliação constante das forças materiais que sustentam o modo de produção atual, sendo este capaz de aplacar problemas econômicos e sociais utilizando determinados modelos que são inspirados nos países considerados o centro do capitalismo. Essa crença é geradora de diversas “modalidades de desenvolvimento” que se espalham por outros segmentos da vida social, mas que no fundo tem uma origem comum que tende a desacreditar e ou deslegitimar outras formas de vida e de organização social atribuindo a elas a denominação de não desenvolvidos ou subdesenvolvidos, portanto, parte de uma noção ocidental do que é ou deve ser o desenvolvimento, mesmo quando tenta negar tal orientação.

Não menos importante é o “apagamento histórico” da luta de classes, uma vez que, se o objetivo é desenvolver-se sob as bases do modo de produção capitalista significa dizer que a exploração dos trabalhadores e trabalhadoras permanece. Segundo (Prado, 2019, p. 107) Ruy Mauro Marini, no final da década de 1950 já fazia a crítica ao desenvolvimentismo quando mirava suas

baterias ao PCB de Luís Carlos Prestes e sua estratégia nacional desenvolvimentista. Com o pseudônimo de Agripino Thomas Soares o teórico marxista da dependência nos diz, “A nação em desenvolvimento não é mais do que a burguesia em desenvolvimento” (Soares, 1959, p. 32). Já (Furtado, 1974), reconhecido economista ligado a CEPAL, também tratou da questão, mas deu ênfase a ideia de “mito”.

A literatura sobre desenvolvimento econômico do último quarto de século nos dá um exemplo meridiano desse papel diretor dos mitos nas ciências sociais: pelo menos 90 por cento do que aí encontramos se funda na ideia, que se dá por evidente, segundo a qual o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideraram a revolução industrial, pode ser universalizado. Mais precisamente: pretende-se que o standard de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, é acessível às grandes massas da população em rápida expansão que formam o chamado Terceiro Mundo. Essa idéia constitui, seguramente, uma prolongação do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial (FURTADO, 1974, p. 14).

Novamente (Prado, 2015) aponta o desenvolvimento como uma ideologia e como farei mais adiante também revela a perspectiva do desenvolvimento nos programas partidários de PSDB e PT em 1994 e 2014 respectivamente. (Prado, 2015, p. 19). Ele também indica algumas instituições, que classifica como “aparelhos estatais e privados de hegemonia”, como organizações que mantêm e reforçam o “desenvolvimento como horizonte utópico”. Entre elas está a Fundação Perseu Abramo, justamente a organização que produziu o documento ora analisado neste trabalho (Prado, 2015, p. 21). O autor avança para as controvérsias existentes entre os governos de FHC e Lula e as possíveis continuidades das políticas dos dois governos, bem como para as controvérsias entre novo-desenvolvimentismo e socialdesenvolvimentismo. Particularmente não abordarei essas polêmicas, uma vez que não há espaço para tal e porque o debate que proponho identifica um “núcleo desenvolvimentista”, portanto, em ambas as posições ele está contemplado, sendo suficiente para o momento.

O autor ainda faz uma crítica a ideia de desenvolvimento como uma estratégia “desistoricizante”, que toma um momento da história como exemplo a ser seguido e possível de ser universalizado sem levar em conta os elementos específicos do processo histórico e o estágio da luta de classes presente no momento.

Acontece que esse mesmo processo histórico em geral é visto de forma idealizada, uma espécie de ‘país-período modelo’, sem a percepção da totalidade e sem explicitar as contradições inerentes e específicas de cada processo histórico particular como parte do desenvolvimento do sistema interestatal capitalista e das lutas de classes a ele intrínsecas. (PRADO, 2015, p. 29).

O autor segue com:

Neste sentido, e independente da forma, engendra-se uma estratégia ideológica que cumpre um papel eminentemente desistoricizante, pois esvazia os elementos particulares dos processos históricos. No quiprocó entre projeto, processo e horizonte forma-se a ode ao desenvolvimento. Em outros termos, o ‘desenvolvimento’ é tomado como singular, particular e universal, tudo ao mesmo tempo. Cumpre assim o papel de ideologia. (PRADO, 2015, p. 30).

Depois de realizar um debate sobre a ideologia e as diversas vertentes e interpretações que o termo recebeu durante o tempo, bem como sua relação com a utopia, o autor chega a conclusão de que.

Ora, toda ideologia pode muito bem conter também uma utopia, que seja mais ou menos evidente e cumpra uma função central para dar força à própria ideologia, portanto não atuando num sentido destrutivo da ordem social; pelo contrário, diversas ‘utopias’ atuam precisamente no sentido da manutenção da ordem vigente. No caso da ideologia do desenvolvimento, este horizonte utópico conservador da ordem existente é o próprio desenvolvimento (do modo de produção capitalista e do sistema interestatal capitalista). Em outros termos, é este horizonte que lhe confere especificidade enquanto ideologia do desenvolvimento. (PRADO, 2015, p. 34).

Apesar de mais profundo o debate proposto pelo autor sobre ideologia e os seus desdobramentos e alguns dos elementos que ele propõe estarem presentes neste texto, considero que neste momento utilizarei o termo de forma mais modesta, sem contudo deixar de reconhecer a diversidade de abordagens sobre o tema e as várias interpretações que existem e podem contribuir muito com o debate. Desta forma para fins de uma definição mais objetiva, tratarei a ideologia como um conjunto de ideias e valores que se materializam ou expressam em políticas concretas, em ações objetivas no sentido de dar vida a essas mesmas ideias e valores. No caso específico do desenvolvimentismo, trata-se de um instrumento “utópico conservador da ordem existente” como disse (Prado, 2015, p. 34). Contudo, é preciso deixar claro que para estas ideias existirem e se expressarem, elas precisam de uma base material que as sustente, não haveria desenvolvimentismo se não existissem práticas sociais que a suportassem. Se essas ideias são falsas ou não, se são positivas ou negativas pouco importa para o momento. O que interessa é que essas ideias e valores passam a ser difundidas e generalizadas de diversas formas para o conjunto da sociedade, fazendo entender que elas são as ideias e os valores que melhor atendem os interesses gerais, excluindo a própria história dessas ideias e das suas aplicações, mas também as classes interessadas nesta difusão. Sendo assim a ideologia desenvolvimentista tem, entre outras, a tarefa de neutralizar o debate que pretende colocar em questão, transformações mais ou menos profundas da sociedade. Para sintetizar, podemos lançar mão de um exemplo clássico bastante debatido entre intelectuais e políticos que é o tema da industrialização como forma de alcançar o desenvolvimento. Muitos dos defensores da

industrialização tinham e ainda tem como horizonte os processos de revolução industrial ocorridos nos países centrais do capitalismo, como se fosse possível repetir aquela experiência nos chamados países periféricos do sistema. Ocorre que estas experiências só foram possíveis porque determinadas condições históricas estavam colocadas e uma série de fenômenos sociais, políticos e culturais ocorreram gerando as bases materiais para a efetivação do fenômeno. Por fim, para encerrar esse quadro geral ainda que insuficiente dado a extensa bibliografia e material produzido sobre o tema, retorno a Celso Furtado.

Temos assim a prova cabal de que o desenvolvimento econômico — a ideia de que os povos pobres podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais povos ricos — é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. Mas como desconhecer que essa ideia tem sido de grande utilidade para mobilizar os povos da periferia e levá-los a aceitar enormes sacrifícios para legitimar a destruição de formas de culturas arcaicas, para explicar e fazer compreender a necessidade de destruir o meio físico, para justificar formas de dependência que reforçam o caráter predatório do sistema produtivo? Cabe, portanto, afirmar que a ideia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Graças a ela, tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento. A importância principal do modelo de *The Limits to Growth* é haver contribuído, ainda que não haja sido seu propósito, para destruir esse mito, seguramente um dos pilares da doutrina que serve de cobertura à dominação dos povos dos países periféricos. (FURTADO, 1974, p. 85).

Acredito que essa breve exposição cumpre a tarefa de indicar as linhas mestras que orientam essas reflexões e abrem novas possibilidades.

2.1. O plano de reconstrução e transformação do Brasil

A metodologia utilizada para analisar o documento foi baseada em (Fairclough, 2019), (Fairclough, 2010). A análise crítica do discurso – ACD é um método eficiente e pode ser bem útil para a proposta deste trabalho, que busca não apenas uma avaliação fria, mas uma análise que esteja dentro do debate, ou seja, que se coloque como ferramenta na construção de alternativas. Acredito nesta finalidade da atividade acadêmica/intelectual. A participação ativa no debate público é também uma responsabilidade social e um dever, sobretudo de agentes que tem a disposição recursos públicos, mesmo que poucos a maioria das vezes é bom que se diga. Isso não quer dizer disputas partidárias vulgares, mas debates por projetos de sociedade. O autor nos informa o seguinte sobre sua proposta (Fairclough, 2019).

A ACD é uma forma de análise social crítica. Uma análise social crítica evidencia o modo pelo qual formas de vida social podem prejudicar as pessoas desnecessariamente, mas evidencia, também, o modo pelo qual essas formas de vida social podem ser modificadas. A contribuição da ACD está em elucidar como o discurso está relacionado a outros elementos sociais (poder, ideologias, instituições etc.); e em oferecer a crítica ao discurso como caminho para uma crítica mais ampla da realidade social. Mas o objetivo não é apenas a crítica; é a mudança ‘para melhor’. A crítica acadêmica, por si mesma, não pode modificar a realidade, mas pode contribuir com a ação política de mudança, ao aumentar a compreensão da realidade existente, de seus problemas e de suas possibilidades. Uma melhor compreensão requer melhores explicações. A ACD oferece uma melhor compreensão explanatória das relações entre discurso e outros componentes da vida social. (FAIRCLOUGH, 2019, p. 1).

Em primeiro lugar é preciso dizer que analisar a ideologia desenvolvimentista não é apenas analisar um termo, uma palavra, ou um discurso. Esse é justamente o cerne da questão. Quando identificamos a ideologia desenvolvimentista estamos dizendo que ela está relacionada a um conjunto mais amplo de práticas e ações sociais. O discurso carrega sentidos diversos que podem ser captados e não são desinteressados. Por isso a análise crítica do discurso é uma teoria bastante adequada e eficiente para dar suporte a análise do desenvolvimentismo e suas variações, aparentes ou ocultas.

Para Fairclough (2012, p. 308), a posição teórica da ACD entende o “discurso como um momento das práticas sociais”. Essas práticas sociais são de várias ordens e tipos, elas são; políticas, econômicas e culturais. É esse momento de uma prática política e social que possibilita reconhecer a palavra desenvolvimento como uma categoria mais robusta possível de ser analisada de forma minuciosa. É isso que a torna uma ideologia, não apenas um “discurso vazio”. Sua reedição em diversos momentos e fases do debate nos últimos anos e sua constância à torna tão singular, a ação em torno desta ideia faz com que ela alcance destaque. Esta ideia força que de algum modo tem aglutinado parte do debate político econômico, justamente por ser ampla o suficiente e ter várias dimensões, portanto, pode ser instrumentalizada de muitas maneiras por muitos atores de posições diferentes. De acordo com (Fairclough, 2012) a ACD é mais do que um método.

A ACD, na minha visão, é muito mais uma teoria que um método, ou melhor, uma perspectiva teórica sobre a língua e, de uma maneira mais geral, sobre a semiose (que inclui a linguagem visual, linguagem corporal, e assim por diante) como um elemento ou momento do processo social material (WILLIAMS, 1977), que dá margem a análises linguísticas ou semióticas inseridas em reflexões mais amplas sobre o processo social. (Fairclough, 2012, pp. 307, 308).

O estudo foi lançado em setembro de 2020 e tem 209 páginas (Abramo, 2020). O evento de lançamento foi transmitido pela internet via plataforma *youtube*. A análise do documento seguiu passos bem simples, comecei por uma rápida olhada no documento, quase um “*skimming* e

scanning”² verificando número de páginas, título, divisão do texto e autores entre outros elementos gerais. A primeira coisa que me chamou a atenção foi que um dos responsáveis pelo texto foi Aloizio Mercadante Oliva, presidente da Fundação Perseu Abramo – organização já citada acima – e autor da tese defendida na Unicamp em 2010, com o seguinte título: “As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010)” (Oliva, 2010). Na apresentação do texto de sua tese ele afirma que foi membro das coordenações dos programas de governo de todas as campanhas de Lula. Ele assina o texto de abertura do documento com Gleisi Hoffmann, presidenta do Partido dos Trabalhadores (Abramo, 2020). Logo em seguida passei a contar a palavra “desenvolvimento” no texto e para minha surpresa ela aparece 191 vezes, para um documento de pouco mais de duzentas páginas o termo é abundante no texto, mesmo quando retiramos do cálculo os nomes dos títulos, subtítulos, órgãos e instituições externas citadas no documento e os próprios – Núcleos da Fundação – por exemplo, Núcleo de Acompanhamento e Políticas Públicas – NAPP Desenvolvimento Regional, ou OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico. Até mesmo esses títulos abundantes podem ser problematizados para fins de análise sobre a ideologia desenvolvimentista e seu alcance. O que esses nomes querem dizer? E porque estão presentes de forma orgânica, a ponto de batizarem setores de uma instituição como está? Seguirei com exemplos concretos sobre como essa ideologia penetrou profundamente o partido mais expressivo do país e seu programa político em sua versão mais recente.

A própria ideia de plano já merece um questionamento, pois pode referir-se a uma estratégia de intervenção, ou indução via Estado, mas também aos desejos e propostas de um partido que almeja o poder, então nada de tão estranho até aqui. Mas a ideia de reconstrução carrega uma carga de algo que precisa ser refeito, pois, foi destruído. Neste sentido há uma tentativa de enaltecer um passado recente, “vender” a ideia positiva deste passado e não apresentar propostas para corrigir erros. O desenvolvimentismo segue firme seu curso, inabalável.

Um dos elementos iniciais para pensar uma nova política de transformação da indústria para o século XXI é considerar o desmonte, nos últimos anos, dos instrumentos de política pública e de governança da política industrial. A Petrobras, o BNDES, a Embraer, a Embrapa, o Finep, além dos sistemas de metrologia, patentes e padronizações estão sendo desmontados. O sistema produtivo estatal e o sistema de bancos públicos abandonaram qualquer preocupação com as políticas de conteúdo nacional e os mecanismos de indução das compras públicas. A reconstrução das capacidades estatais é indispensável para o reposicionamento de uma nova indústria digital. Os desafios de uma nova indústria não podem ser enfrentados por uma proposta de política industrial baseada na oferta tradicional de incentivos fiscais e creditícios. Com exceção dos incentivos à P&D, que têm sido preservados nos países ricos, o caminho alternativo é concentrar os esforços em demandas reais da sociedade e do governo,

² Técnica utilizada para o aprendizado de outro idioma.

de tal forma que os programas da política industrial sejam direcionados para desobstruir gargalos ou para atender prioridades sociais e econômicas do país. (ABRAMO, 2020 p. 156).

Em que pesa a referência verdadeira sobre o desmonte pós-golpe de 2016, não há um reconhecimento de que o modelo adotado anteriormente tinha diversas falhas, privilegiando determinados grupos econômicos em detrimento de outros, a educação é o melhor exemplo disso, embora no período anterior tenha havido ampliação e criação de universidades públicas, o setor privado da educação recebeu recursos vultuosos a ponto de fomentar o maior grupo privado de educação do mundo. A ideia do Estado como indutor está subentendida, inclusive a boa e velha substituição de importação debatida amplamente pela Cepal pode ser vista na citação de “políticas de conteúdo nacional”. A seguir isso também emerge revelando mais uma vez que há uma articulação entre as ideias ou a vontade e as aplicações práticas.

O fortalecimento do SUS e da economia requer uma política de geração local e de transferência de tecnologia, mediante investimentos públicos no complexo produtivo da saúde, de modo a efetivar o direito à saúde, induzir a substituição de importações, o desenvolvimento econômico e tecnológico e garantir a soberania nacional. (ABRAMO, 2020 p. 156, p. 89, grifo meu).

Por último, mas não menos importante, outro exemplo que pode marcar bem o que estou afirmando. A ideia de países emergentes e de países desenvolvidos. Isso também é perceptível no texto como pode ser lido a seguir.

No plano econômico e comercial, o país deverá propugnar por regras na Organização Mundial do Comércio (OMC) que estimulem o desenvolvimento de países emergentes. Em particular, serão necessárias regras mais flexíveis sobre propriedade intelectual, que não coloquem obstáculos à implantação de políticas de industrialização, de saúde e de ciência e tecnologia nos países em desenvolvimento. (ABRAMO, 2020 p. 156, p. 89, grifo meu).

O documento é todo recheado com exemplos que tem o desenvolvimento como norte. Mesmo quando busca se apresentar como alternativa, não consegue escapar da ideologia desenvolvimentista que alcança da cultura, ao já desgastado e popular “desenvolvimento econômico”. É o desenvolvimento sustentável, é o desenvolvimento social, é o novo padrão de desenvolvimento, enfim, segue rodando em um círculo sem romper com o quadro geral. O documento reafirma os “fundamentos macroeconômicos do Brasil” (Abramo, 2020, p. 208) acredito que é uma prova que está plenamente esgotado um ciclo, pois falta criatividade e há quando muito adaptações que não fazem mais do que mudar nomes e endereços de onde as políticas de desenvolvimento devem ser aplicadas. Também revela que é necessário um debate realmente profundo sobre que sociedade queremos e como faremos para alcançar os objetivos pretendidos. Para programas como este se

efetivarem é necessário antes de mais nada alianças com setores da burguesia, sobretudo com aqueles com disposição de romper as barreiras da dependência, isto não aparece no horizonte brasileiro.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo tem o propósito central de apresentar uma análise sobre o “Plano de reconstrução e transformação do Brasil”, estudo elaborado pela Fundação Perseu Abramo. O método utilizado bebeu nas fontes que adotam uma perspectiva crítica, tanto na análise do documento quanto no que diz respeito a classificação do desenvolvimentismo como uma ideologia. Ao menos as ideias força encontradas no documento foram apresentadas.

As políticas desenvolvimentistas de maneira geral exigem uma aliança entre as classes, como não há disposição em romper com o modelo e sim desenvolvê-lo é necessário que haja uma partilha e compromissos, para tanto, sustentar tais propostas também exigem reformas porque não basta a configuração do estado com bancos de fomento e estatais capazes de impulsionar políticas de desenvolvimento, algumas estruturas sociais precisam ser tocadas, justamente porque são travas a qualquer alteração de rota, mesmo que mais modestas. No menor prazo elas podem reordenar as forças se sentirem que seus interesses seculares foram ameaçados. Assim, as não reformas do PT ajudaram a fragilizar sua própria base. O “esforço desenvolvimentista” carrega um conjunto de técnicas, práticas e ações que são necessárias para executar o programa, isto fica escondido no texto, mas a história recente pode revelar esse processo.

Os “voos de galinha” da economia, proporcionados pelas políticas desenvolvimentistas quando aterrizam não tem um pouso suave, em geral, após os ciclos de crescimento a economia brasileira perde o sorriso brilhante e mostra sua boca desdentada. Vale lembrar que depois de atravessarmos a “marolinha” de 2008 com certa tranquilidade, os anos seguintes não foram capazes de sustentar o crescimento econômico, seguido de uma agitação política muito expressiva em 2013, que seguiu pelos próximos anos culminando no golpe de 2016 e no atual momento bastante tenso de nossa história para dizer o mínimo.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, F. P. 2020. Plano de reconstrução e transformação do Brasil: outro mundo é preciso outro Brasil é necessário. Fundação Perseu Abramo. São Paulo.

ARCARY, V. 2014. Um reformismo quase sem reformas – uma crítica marxista do governo Lula, em defesa da revolução brasileira. 2. ed. São Paulo. Editora: José Luís e Rosa Sundermann.

BARBOSA R., & REDATOR, G. M. 2022. Vitória de Lula no 1º turno fica mais distante, dizem pesquisas. Poder 360, <https://www.poder360.com.br/pesquisas/vitoria-de-lula-no-1o-turno-fica-mais-distante-dizem-pesquisas/> último acesso em 14/08/2022.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (2000), “Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL - uma resenha”. In: Bielschowsky, R. (org.), Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL – Vol. 1. R. Janeiro, Ed. Record, 13-68.

BOITO JR, A. 2018. Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT. Campinas, SP: Unesp.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico. Revista de Economia Política, v. 36, n. 2, p. 237-265, 2016.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do desenvolvimentismo clássico e da macroeconomia pós keynesiana ao novo desenvolvimentismo. Brazilian Journal of Political Economy, v. 39, n. 2, 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GALA, Paulo.; Macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 4 (120), pp. 663-686, outubro/dezembro/2010

EURELINO C. Uma esquerda para o capital. Crise do Marxismo e Mudanças nos Projetos Políticos dos Grupos Dirigentes do PT (1979-1998). Tese apresentada ao Programa de PósGraduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2005.

FAIRCLOUGH, N. 2019. Análise crítica do discurso como raciocínio dialético: crítica, explanação e ação. Policromias, Brasil, ano IV, n. 22, p. 32. Tradução de Maycon Silva Aguiar.

_____. 2010. A Dialética do Discurso. Revista Teias, Brasil, v. 11, n. 22, p. 225-234. Tradução: Raquel Goulart Barreto.

_____. 2012. Análise Crítica do Discurso como método em pesquisa social científica. Linha D'Água, [S. l.], v. 25, n. 2, p. 307-329. Tradução: MELO, I. F. de. DOI: 10.11606/issn.2236-4242.v25i2p307-329. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/linhadagua/article/view/47728>. Acesso em: 7 jun. 2022

FLORIANI, D. 2020. As metamorfoses do desenvolvimento. Breves considerações históricas das concepções dominantes e suas ressignificações político-culturais e críticas desde América Latina. In: Fernando Marcelo de la Cuadra; Ana Amélia Cavalcante de Melo. (Org.). Intelectuales y pensamiento social y ambiental en América Latina. 1. ed. Valparaíso: RIL, v. 1, p. 387-430.

FONSECA, P. C. D. Gênese e Precursores do Desenvolvimentismo no Brasil. Revista Pesquisa & Debate do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política – Departamento de Economia da PUC – SP, SP, Volume 15, n. 2 (26), pp. 225-256, 2004.

FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. São paulo: Circulo do livro, 1974.

FREITAS, L. C. A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

IASI, M. L. *et al.* 2019. A estratégia democrático popular: um inventário crítico. 1ª ed. Editora Lutas Anticapital. Marília.

METEORO BRASIL (Brasil). Lula, estranhamente desaparecido. In: lula, estranhamente desaparecido. [S. l.], 15 ago. 2021. Disponível em: Youtube. Acesso em: 15 ago. 2021.

OLIVA, A. M. As bases do novo desenvolvimentismo no Brasil: análise do governo Lula (2003-2010). Tese de doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

PRADO, F. C. 2015. A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo. Tese de doutorado – Universidade Federal do Rio de Janeiro. 167 f. Rio de Janeiro.

_____. 2019. A ideologia do desenvolvimento, Teoria Marxista da Dependência e Crítica da Estratégia Democrático-Popular. In: IASI, M. L. *et al.* 2019. A estratégia democrático popular: um inventário crítico. 1ª ed. Editora Lutas Anticapital. Marília.

SOARES, T. A. Verso e reverso do desenvolvimento. Revista Movimento Socialista, ano 1, n. 1, Rio de Janeiro, 1959.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1977. ISEB: Fábrica de Ideologias. São Paulo. Editora: Ática.